

LEI Nº 680/2009 DE 09 DE MARÇO DE 2009.

“AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE CARLO A CELEBRAR CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS, ADMINISTRADORA DO HOSPITAL HÉLIO DOS ANJOS HORTIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Antoninho Tibúrcio Gonçalves, Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que, a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Prefeito Municipal de Monte Carlo, autorizado a em nome do Município, a celebrar convênio com a Fundação Hospitalar de Curitiba, Administradora do Hospital Hélio dos Anjos Hortis, entidade sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, inscrita no CNPJ sob nº 95.991.113/0001-02, para a realização de procedimentos e atendimentos médicos na área da saúde, que não podem ser realizados na sede do Município.

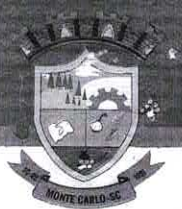
Art. 2º. Os procedimentos, atendimentos e serviços médicos hospitalares a que se refere esta lei, são os seguintes:

- I. Atendimentos de urgência e emergência;
- II. Sobreaviso médico
- III. Realização de exames de raio X;
- IV. Atendimentos ambulatoriais ortopédicos, assim entendidos:
 - a) Colocação ou retira de gesso ou tala gessada;
 - b) Retirada de pino, pontos ou fio;
 - c) Outros procedimentos ambulatoriais e ortopédicos, não discriminados neste Inciso e que serão especificados no Termo de Convênio.

Art. 3º. Fica o Prefeito Municipal autorizado a repassar mensalmente à Fundação Hospitalar de Curitiba, Administradora do Hospital Hélio dos Anjos Hortis, a importância de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) em 12 parcelas sucessivas de 5.000,00 (Cinco mil reais).

Art. 4º. Havendo interesse da Administração Municipal, na renovação do convênio autorizado por esta lei, fica o Prefeito Municipal autorizado a realizar as respectivas renovações, para os exercícios financeiros de 2010, 2011 e 2012.

Art. 5º. Na renovação do convênio, nos exercícios financeiros de 2010, 2011 e 2012, fica o Prefeito Municipal autorizado a reajustar os valores estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, aplicando sobre a importância fixada no referido dispositivo, a correção do



Índice Geral de Preços Médios- IGPM, apurado nos últimos doze meses, anteriores a cada uma das renovações autorizadas.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução financeira da presente Lei serão suportadas e pagas pelas dotações orçamentárias próprias, previstas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Monte Carlo, aprovado pelo Exercício Financeiro de 2009 e dos Exercícios Financeiros seguintes.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 09 de março de 2009.

ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

PUBLICADO MURAL MUNICIPAL	
DATA	09 / 03 / 09

Assinatura Responsável	
RETIRADO	
DATA	17 / 04 / 09

Assinatura Responsável	